

Vitimização de policiais militares no Estado do Pará (Brasil) em 2019

Victimization of police officers in the state of Pará (Brazil) in 2019

Victimización de policiales en Estado de Pará (Brasil) en 2019

Recebido: 11/06/2020 | Revisado: 12/06/2020 | Aceito: 14/06/2020 | Publicado: 28/06/2020

Jefferson Fernando Barbosa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0428-0703>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: jeffbarbosa@gmail.com

Andréa Bittencourt Pires Chaves

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0247-9265>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: andreachaves@ufpa.br

Silvia dos Santos de Almeida

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4817-7804>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: salmeida@ufpa.br

Resumo

Este artigo busca descrever a vitimização de policiais militares no Pará tendo por objetivo analisar os dados sobre mortes de policiais militares no Estado, ocorridas de janeiro a dezembro de 2019, buscando compreender quais fatores podem estar vinculados à ocorrência desses eventos. Os dados foram disponibilizados pela Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal do Estado do Pará (SIAC) e Divisão de Homicídios da Polícia Civil (DH). Nesse período, foram mortos 28 policiais militares, sendo 17 (60,7%) em municípios da Região Metropolitana de Belém e 11 (39,3%) no interior do Estado. Do total de mortes, 21 (75,0%) foram registradas como homicídio e 7 (25,0%) como latrocínio. Na conclusão, tem-se que os baixos salários e a necessidade de complementação de renda fora do horário de serviço são fatores que contribuem para o aumento dos riscos a que são submetidos. Sugere-se que o incremento de políticas públicas que tragam a eles melhor condição de vida e trabalho, podem reduzir suas vulnerabilidades e vitimização.

Palavras-chave: Violência urbana; Morte de policiais; Homicídio; Vitimização policial.

Abstract

This paper aims to describe the victimization of police officers in the state of Pará seeking to analyze data on police officers murder, which occurred from January 2019 to December 2019, seeking to understand what factors may be linked to the occurrence of these events. The data were made available by the Secretariat for Intelligence and Crime Analysis and Homicide Department. During this period, 28 military police officers were killed, 17 (60.7%) in municipalities in the Metropolitan Region of Belém and 11 (39.3%) in the interior of the state. Of the total deaths, 21 (75.0%) were registered as homicide and 7 (25.0%) as robbery. In conclusion, low wages and the need to supplement income outside working hours are factors that contribute to the increase in the risks to which they are subjected. It is suggested that the increase in public policies that bring them better living and working conditions, may reduce their vulnerabilities and victimization.

Keywords: Urban violence; Police deaths; Homicide; Police victimization.

Resumen

Este artículo busca describir la victimización de los policías militares en el estado de Pará, que ocurrió entre enero de 2019 y diciembre de 2019, buscando comprender qué factores pueden estar relacionados con la ocurrencia de estos eventos. Se realizó una investigación bibliográfica para verificar bajo qué enfoques se ha tratado el fenómeno. Se analizaron datos sobre la victimización de policías militares en 2019, puestos a disposición por la Subsecretaría de Inteligencia y Análisis Criminal (SIAC) y por el Departamento de Investigaciones de Homicidios (DH). Durante este período, 28 policías militares fueron asesinados, 17 (60.7%) en municipios de la Región Metropolitana de Belém y 11 (39.3%) en el interior del estado. Del total de muertes, 21 (75.0%) fueron registradas como homicidios y 7 (25.0%) como robos. En conclusión, los bajos salarios y la necesidad de complementar los ingresos fuera del horario laboral son factores que contribuyen al aumento de los riesgos a los que están sujetos. Se sugiere que el aumento de las políticas públicas que les brinden mejores condiciones de vida y trabajo, puede reducir sus vulnerabilidades y victimización.

Palabras clave: Violencia urbana; Asesinato de policías; Homicidio; Victimización de policiales.

1. Introdução

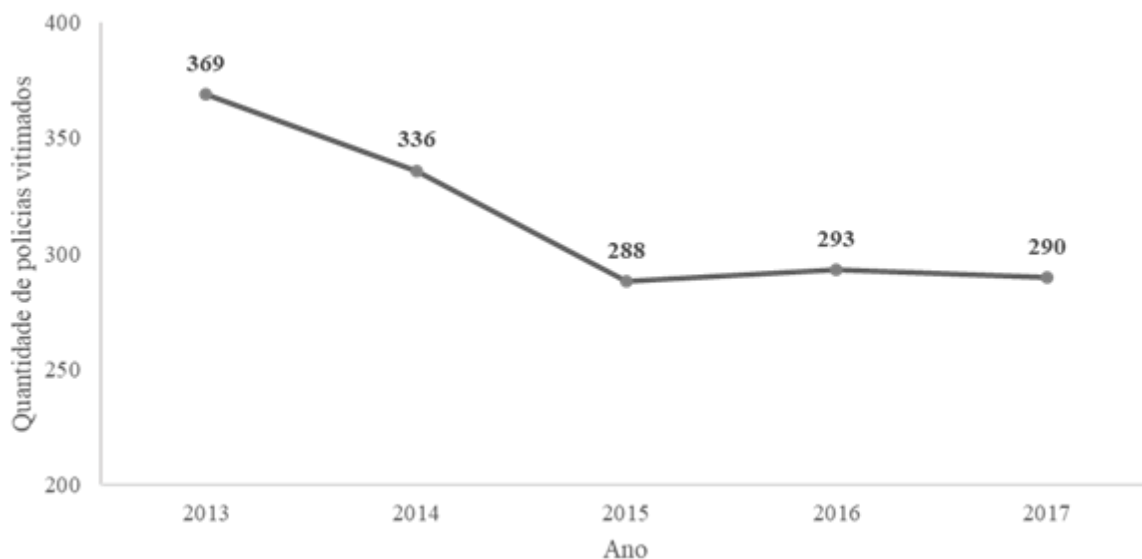
A violência letal tem se mostrado um problema de alcance mundial. No ano de 2017 alcançou a cifra de 463 mil homicídios, dos quais 173 mil (37,3%) ocorreram em países do continente americano, seguidos pela África, com 163 mil (35,2%) e Ásia (104 mil, 22,5%), enquanto Europa e Oceania somaram 22 mil (4,8%) e 1.000 (0,2%) mortes intencionais, respectivamente, segundo estimativa da ONU (UNODC, 2019).

Com respeito ao Brasil, o Atlas da Violência 2019 mostra que, na última década, as taxas de homicídios apresentaram diferentes tendências nas cinco regiões brasileiras. Diminuição nas taxas das regiões Sudeste e Centro-Oeste, certa estabilidade na região Sul e crescimento acentuado nas regiões Norte e Nordeste (Ipea & FBSP, 2019). A esse respeito, argumenta-se que o aumento da violência nas regiões Norte e Nordeste do Brasil vincula-se, predominantemente, à disputa pelo controle do tráfico de drogas (Sampó, 2018).

Na região Norte, o Estado do Pará tem apresentado as mais altas taxas de homicídios e, inseridos nesse contexto, os órgãos vinculados à segurança pública, dentre eles a Polícia Militar, têm importante papel, uma vez que possuem, constitucionalmente, o monopólio do uso legítimo da violência (Weber, 2011). Não obstante, os policiais militares, quer no exercício de sua atividade quer fora dela, aparecem em ambos os lados do fenômeno, posto que nesse contexto apresentam alto número tanto de letalidade como de vitimização.

O número de mortes de policiais no Brasil tem se mantido acentuado, com 1 policial civil ou militar morto por dia e é notória a predominância de mortes ocorridas fora do serviço, embora, em termos absolutos, tenha havido um pequeno decréscimo, quando comparado o período de 2013 a 2017 (FBSP, 2018), como se verifica no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Quantidade de policiais vitimados por ano no Brasil, 2013-2017.



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública; FBSP, 2018. Adaptado pelos autores (2020).

Especificamente sobre o Pará, pesquisas recentes mostram que houve recrudescimento de mortes de policiais militares nos últimos anos (Costa et al., 2016; Mello, 2015; Sabbá et al.,

2018; Santos et al., 2019). A morte de policiais militares, dentre outras formas de violência letal, tem se tornado interesse de estudos por parte de pesquisadores ligados ou não às forças policiais. Em estudo sobre a vitimização de policiais civis e militares no estado do Rio de Janeiro, bem como a percepção de risco por parte desses mesmos policiais, dentro e fora do ambiente de trabalho, Minayo et al. (2007, p. 2776) afirmam que “o imediatismo, as condições materiais precárias de trabalho, as cargas horárias excessivas, o número insuficiente de profissionais e os salários inadequados ao risco e à importância da missão são elementos que contribuem para a baixa produtividade.”

Em trabalho posterior, Minayo e Adorno (2013), na busca de ampliação do conceito de segurança, assinalam que aos policiais, na qualidade de trabalhadores e cidadãos, é assegurado constitucionalmente o direito à integridade física, moral e mental no exercício de sua profissão.

Mello (2015) investiga a percepção de riscos pelos policiais militares associada à profissão. Sua conclusão é a de que a forma como esses policiais percebem o risco está de alguma maneira relacionada às suas origens sociais, trajetórias e projetos de vida. Essa linha de pensamento vai ao encontro do que Minayo et al. (2007, p. 2768) asseveram acerca do conceito de risco. Para as autoras, a percepção de risco “vem do caráter intrínseco da atividade policial” e o fato de andarem armados os torna “alvos potenciais das agressões um dos outros”.

Para Santos et al. (2019, p. 25152), as principais causas para esse quadro de vitimização são a “precária infraestrutura da segurança pública, os baixos salários, a falta de treinamento e equipamentos de qualidade”, o que contribui para o aumento do risco inerente à função policial.

Por sua vez, Costa et al. (2016) analisam as mortes de policiais militares da ativa no período de 2011 a 2013 e concluem que tais mortes evidenciam tendência de crescimento e que estas ocorrem por fatores vários. Os autores salientam, ainda, que as vítimas são predominantemente cabos e soldados, atribuindo a isso ao fato de que essas classes são maioria absoluta na corporação.

Sabbá et al. (2018) mostram que a classe de praças, mormente sargentos e cabos, é a mais vitimada. Segundo esse estudo, as mortes podem estar relacionadas, dentre outros fatores, à baixa remuneração e às precárias condições de moradia desses policiais, uma vez que moram nas periferias, aumentando o risco de vitimização.

Bassalo e Mello (2018), analisando a morte de policiais militares, concluem que as vítimas estavam em seu período de folga, tinham em média 51 anos de idade e que a classe de praças é a mais vitimada. Os autores acrescentam, ainda, que os dados apontam para o fato de que parte dessas vítimas estava exercendo atividade de segurança privada e, portanto, fora da atividade estritamente policial.

Duarte (2019) analisa a morte de policiais militares da ativa, de folga, no período de 2011 a 2018 e os dados de sua pesquisa apontam para o fato de que, na maioria dos casos, os policiais são vítimas de latrocínio, em razão de uma maior vulnerabilidade justamente por estarem fora do horário de serviço.

O conjunto de fatores levantados na literatura mostra que a vitimização policial é um reflexo da própria sociedade em que tais policiais estão inseridos. Nesse contexto, este trabalho visa analisar as mortes violentas, por homicídios e latrocínios, contra policiais militares no Estado do Pará no ano de 2019, buscando elementos que corroborem ou não o apontado em trabalhos anteriores para os quais a falta de treinamentos e o uso de equipamentos adequados, os baixos salários e a necessidade de complementação de renda são fatores que contribuem sobremaneira para o aumento dos riscos e vitimização a que são submetidos.

2. Metodologia

As mortes violentas (homicídio e latrocínio) de policiais militares foram o objeto de estudo desta pesquisa. O passo inicial para o seu desenvolvimento, dentro da abordagem qualitativa, foi um levantamento da literatura referente aos casos de morte de policiais militares. Posteriormente, passou-se à análise documental (Gil, 2008), a partir de dados coletados junto à Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC) e Divisão de Homicídios (DH) e, também, da leitura dos boletins de ocorrência policial (BOP) registrados no sistema informatizado da Polícia Civil (SISP WEB), a fim de se obter dados sobre as circunstâncias em que essas mortes ocorreram. Ressalta-se que não se realizou a leitura do total dos BOPs em virtude de alguns deles estarem na condição de sigiloso no sistema de informações.

O locus da pesquisa foi o Estado do Pará - Brasil, que possui 144 municípios (IBGE, 2020), embora o número de mortes tenha se concentrado em somente 14 municípios, como se verá adiante. A esse respeito, convém salientar que, para efeito da descrição e análise estatística dos dados, optou-se por dividir o território do estado em duas regiões distintas a saber: (i) Região Metropolitana de Belém (RMB) e (ii) Interior do Estado.

Neste trabalho, entende-se como RMB os municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara do Pará. E como Interior do Estado, todos os municípios restantes. Essa divisão territorial tem por objetivo analisar os dados levando em conta as Regiões Integradas de Segurança Pública (RISPs), que são as circunscrições de atuação dos órgãos do Sistema Estadual de Segurança Pública do Estado, estabelecidas por meio da Resolução nº 185, de 19 de fevereiro de 2012 (PARÁ, 2012).

A abordagem quantitativa se deu a partir do levantamento de dados acerca do número de mortes de policiais militares no período de janeiro a dezembro de 2019. O corte temporal desta pesquisa se explica por duas razões. Primeiro por conta do elevado número de mortes que ocorreram nesse período, com destaque para o primeiro semestre do ano, especificamente nos meses de janeiro e maio. A segunda razão é em virtude da possibilidade de comparação dos resultados aqui encontrados com os dados de pesquisas anteriores, como se verificou na revisão da literatura apresentada na introdução.

A abordagem quantitativa também fez uso de métodos estatísticos, como a análise descritiva, cujo objetivo é a sistematização dos dados em forma de tabelas e gráficos, buscando a transformação de dados brutos em informação de fácil acesso e leitura, para que se possa fazer a comparação dos resultados e a formulação de hipóteses sobre determinado fenômeno estudado (Bussab & Morettin, 2017).

3. Resultados e Discussão

No período em estudo foram registradas 28 mortes violentas, classificadas como homicídio ou latrocínio, de policiais militares em municípios do Pará. A Região Metropolitana de Belém concentrou 17 mortes, o que representa 60,4% do total. As demais 11 mortes (39,6%) distribuíram-se por outros onze municípios do Interior do Estado, com uma morte em cada um deles, como mostrado na Tabela 1.

Tabela 1 – Quantidade e percentual de policiais militares mortos por município no Estado do Pará em 2019.

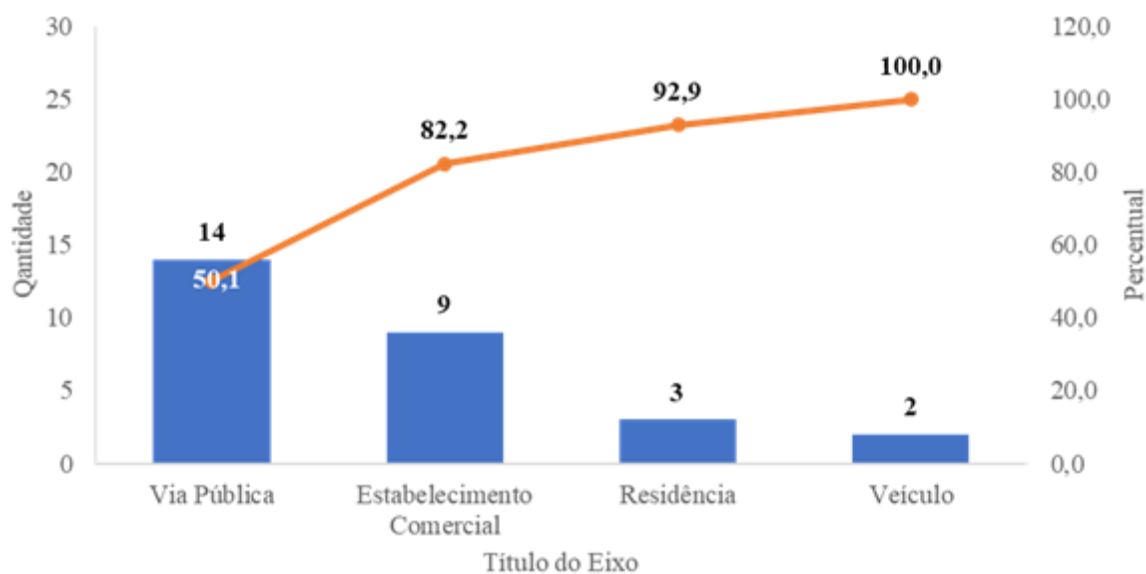
Região	Município	Quantidade	Percentual
RMB	Belém	11	39,0
	Ananindeua	3	10,7
	Benevides	3	10,7
Interior	Abaetetuba	1	3,6
	Anapu	1	3,6
	Barcarena	1	3,6
	Castanhal	1	3,6
	Cametá	1	3,6
	Marabá	1	3,6
	Moju	1	3,6
	Ourilândia do Norte	1	3,6
	Salinópolis	1	3,6
	Santo Antônio do Tauá	1	3,6
	Vigia de Nazaré	1	3,6
Total		28	100,0

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados da SIAC (2020).

Belém e Ananindeua são municípios contíguos e, juntos, formam a maior conurbação metropolitana do Estado do Pará com cerca de 2 milhões de pessoas para o ano de 2019, segundo estimativa da Coordenação de População e Indicadores Sociais (IBGE, 2020). Essa característica de cidade grande demanda ao Estado uma maior aplicação de recursos e de efetivo policial, estando aí empregada a maior parte da tropa na prestação de serviços de atribuição da Polícia Militar. Nesse sentido, o maior quantitativo nessa região traz consigo o aumento dos riscos e da possibilidade de vitimização dos policiais militares aí inseridos.

Um dado que chama à atenção a respeito das mortes violentas de policiais militares é o que se refere ao local onde ocorreram. As variáveis Via pública e Estabelecimento comercial, quando somados, representam 82,2% dos casos registrados (Gráfico 2). Este é um número bastante expressivo, o que corrobora a ideia de que as vítimas, por estarem de folga, poderiam estar exercendo atividade de segurança privada (bico), fato confirmado em pelo menos quatro casos, segundo os dados levantados.

Gráfico 2 – Quantidade e percentual acumulado de policiais militares mortos no Estado do Pará por local do fato em 2019.



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados da SIAC (2020).

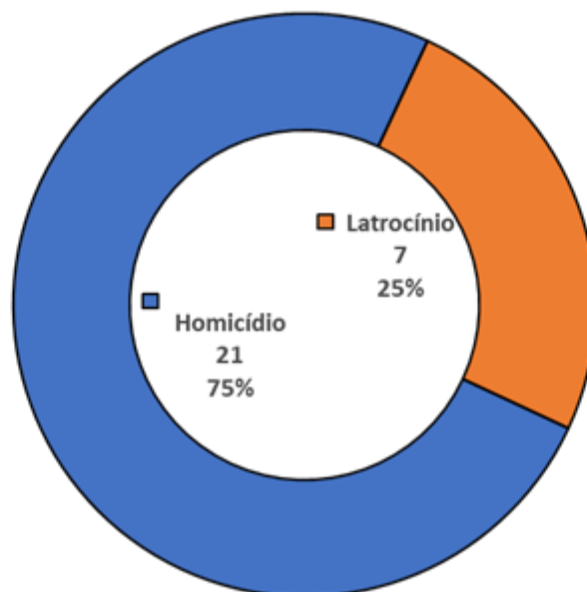
Do total de registros (28) de mortes violentas, tem-se 75% deles classificados como homicídio (21 casos) e 25% como latrocínio (7 casos), conforme Gráfico 3. Esse dado pode sugerir que as mortes são consequência do intuito deliberado dos autores em executar a vítima e não do objetivo de tomar posse da arma do policial.

Nesse sentido, há um contraste com o apontado por Bassalo e Mello (2018), visto que esses autores apresentam dados para o ano de 2017 no qual houve 13 latrocínios, mais que o dobro do número de homicídios naquele mesmo ano.

Os dados aqui apresentados diferem também do encontrado em Duarte (2019). A autora apresenta números totais de militares mortos por homicídio e latrocínio numa série temporal de 2011 a 2018, mostrando que o percentual de latrocínios é 60,47%, enquanto os homicídios representam 39,53% naquela série histórica.

Por outro lado, em estudo de sobre vitimização policial no Estado de São Paulo nos anos de 2013 e 2104, Fernandes (2016) apresenta dados semelhantes ao deste artigo quando trata da motivação para os crimes. Para o autor, a morte em razão de ser policial militar ou ter sido reconhecido como tal, aqui comparado ao homicídio, representa 78,3% enquanto as mortes por latrocínio correspondem a 33,1% do total de casos analisados.

Gráfico 3 – Quantidade e percentual de policiais militares mortos no Estado do Pará por tipo de registro em 2019.



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados da SIAC (2020).

Para fins deste trabalho, as idades encontradas no banco de dados foram agrupadas em quatro faixas etárias. A maioria das vítimas (23; 82,1%), pertencia às duas últimas faixas etárias, tendo, pois, idade de 41 a 60 anos, conforme Tabela 2. Nesse sentido, constatou-se que os policiais mais velhos estiveram mais sujeitos à violência letal, dado que se mostrou muito semelhante aos apresentados por Sabbá et al. (2018), referentes ao ano de 2018, quando 17 (77%) dos 22 policiais militares mortos no período por eles estudado tinham entre 41 e 55 anos de idade.

Tabela 2 – Quantidade e percentual de policiais militares mortos no Estado do Pará por faixa etária em 2019.

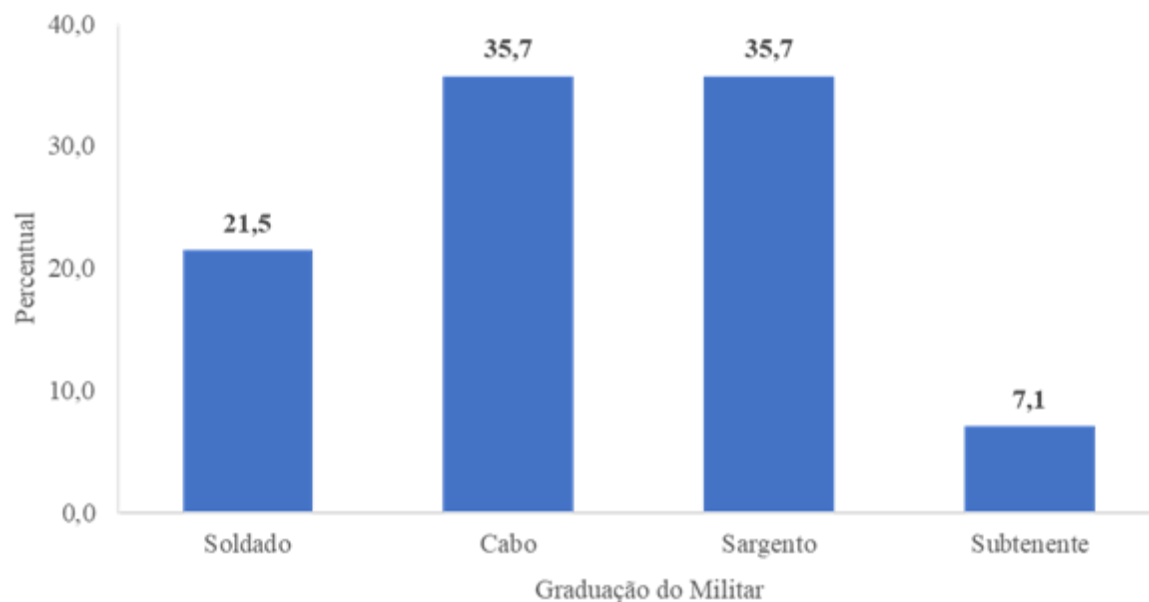
Faixa Etária	Quantidade	Percentual
20 a 30	4	14,3
31 a 40	1	3,6
41 a 50	16	57,1
51 a 60	7	25,0
Total	28	100,0

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados da SIAC (2020).

No que se refere à graduação/posto do policial militar (Gráfico 4), verificou-se que cabos e sargentos foram os mais vitimados. 10 sargentos, 10 cabos e 6 soldados tiveram suas

vidas ceifadas pela violência, o que equivale, respectivamente, a 35,7%, 35,7% e 21,5% do total. A classe de Subtenentes foi a menos atingida, somando 2 mortes (7,1%).

Gráfico 4 - Percentual de policiais militares mortos no Estado do Pará por graduação/posto do militar – 2019.



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados da SIAC (2020).

Os dados sobre a graduação/posto do policial militar vitimado corroboram os resultados de pesquisas anteriores (Sabbá et al., 2018; Bassalo & Mello, 2018) em que a classe de praças, mormente sargentos e cabos, é a mais vitimada, relacionando essas mortes à baixa remuneração e às precárias condições de moradia desses policiais, uma vez que moram em bairros periféricos da Região Metropolitana de Belém, aumentando o risco de vitimização.

A esse respeito, Alves (2020, p. 70) acrescenta que

Essa realidade é justificada não somente pelo maior contingente dessa categoria na instituição e no enfrentamento diário a criminalidade, mas também por serem os que mais atuam em jornadas extrasfuncionais para complementação da renda, e por morar em áreas mais sujeitas a violência, tornando-os vulneráveis à ação de criminosos.

Outra possível explicação para o elevado grau de vulnerabilidade e vitimização entre a classe de praças é dada por Duarte (2019, p. 49). Segundo a autora:

O recrudescimento e sedimentação das facções criminosas, em especial o CV (Comando Vermelho) no estado do Pará, podem ter contribuído para o recrudescimento dos índices de vitimização com resultado morte de policiais militares paraenses, tendo em vista a existência de ‘ordens’ para a matança de policiais militares, em troca da vida pela dívida contraída no tráfico ou ainda como símbolo de status dentre os membros da organização.

A Tabela 3 mostra a quantidade e percentual de policiais militares mortos em 2019. Constatou-se que o maior número de mortes ocorreu nos meses de janeiro e maio, com 8 casos em cada um deles, o que representa 57,0% do total, seguidos pelo mês de abril e julho, com 4 registros (28,5%) em cada mês. Nos meses de fevereiro, março e junho houve um único registro em cada mês. No segundo semestre houve apenas um registro de morte, o que pode evidenciar que providências foram tomadas, quer por parte do próprio policial quer por parte da corporação, para diminuir o número de assassinatos de seus integrantes.

Tabela 3 – Quantidade e percentual de policiais militares mortos no Estado do Pará por mês em 2019.

Mês	Quantidade	Percentual (%)
janeiro	8	28,5
fevereiro	1	3,6
março	1	3,6
abril	4	14,3
maio	8	28,5
junho	1	3,6
julho	4	14,3
agosto	-	0,0
setembro	1	3,6
outubro	-	0,0
novembro	-	0,0
dezembro	-	0,0
Total	28	100,0

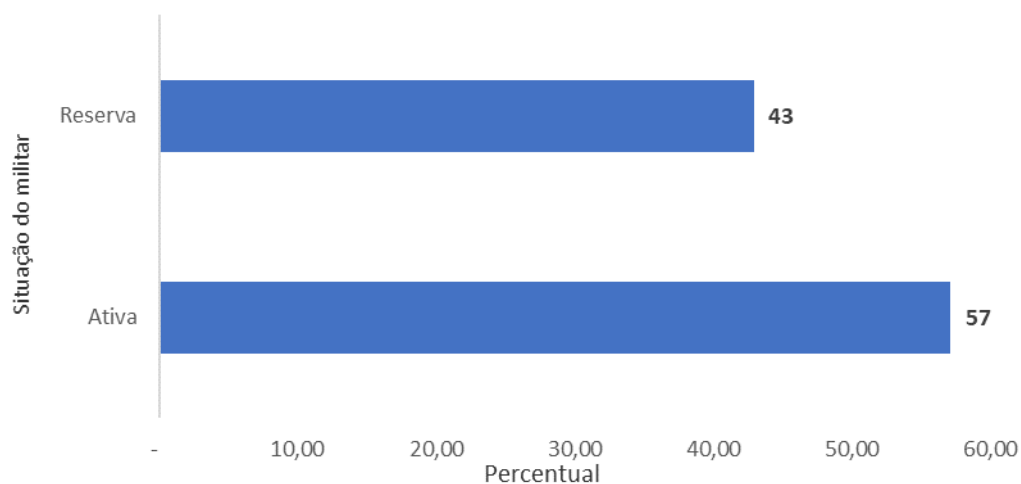
Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados da SIAC (2020).

Dos 28 policiais militares mortos no Estado do Pará, 16 eram da ativa (57,1%) e 12 já estavam no quadro da reserva remunerada, o que corresponde a 42,9% do total (Gráfico 5). Aqui a diferença entre pertencer a um quadro ou a outro não pareceu ser tão relevante no sentido de apontar qual das duas situações deixa o policial militar mais, ou menos, vulnerável, donde se pode conjecturar que a vulnerabilidade atinge aos policiais como um todo.

Gráfico 5 - Percentual de policiais militares mortos no Estado do Pará por situação do militar em 2019.

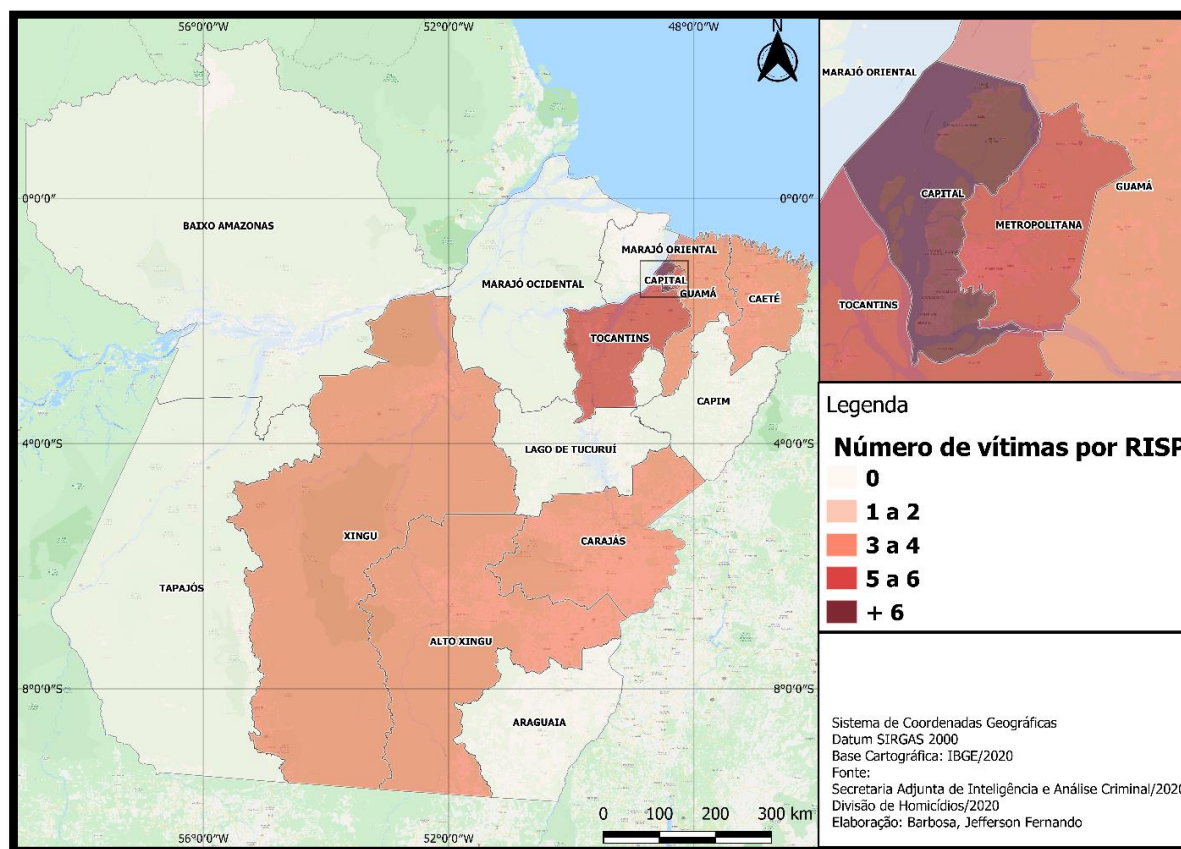


Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados da SIAC (2020).

A distribuição espacial das mortes na RMB, que compreende Belém (1ª RISP - Capital) e os municípios de Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara do Pará (2ª RISP - Metropolitana), mostra que a maioria das mortes ocorreu em bairros onde são coincidentes as altas taxas de homicídios da população em geral. Os dados de Alves (2020) mostram que é nesses mesmos bairros de periferia onde residem a maioria dos policiais militares da classe de praças.

Em Belém (1ª RISP – Capital), os crimes se distribuíram nos bairros da Condor, Jurunas, Pedreira, Sacramento, Mangueirão, Coqueiro, Tenoné, Brasília, São João do Outeiro e Carananduba. No município de Ananindeua as mortes ocorreram nos bairros da Cidade Nova, Heliolândia e Curuçambá. Houve uma morte no município de Benevides, na localidade conhecida por Santa Maria de Benfica, já nos municípios de Marituba e Santa Bárbara do Pará não houve registro de mortes no período em análise. Esses quatro últimos municípios fazem parte da 2ª RISP - Metropolitana (Figura 1).

Figura 1 - Distribuição espacial das mortes de policiais militares no Estado do Pará, por RISP, em 2019.



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados da SIAC e Divisão de Homicídios (2020).

No que concerne ao Interior do Estado, que abrange as treze RISP restantes, as ocorrências de mortes de policiais militares se restringiram aos municípios de Castanhal, Santo Antônio do Tauá e Vigia (3ª RISP - Guamá), Abaetetuba, Barcarena, Cametá e Moju (4ª RISP - Tocantins), Salinópolis (6ª RISP - Caeté), Marabá (10ª RISP - Carajás), Anapu (11ª RISP - Xingu) e Ourilândia do Norte (14ª RISP – Alto Xingu), com um caso de morte em cada um desses municípios. Esse detalhe é importante na medida em que mostra que as ocorrências do fenômeno em estudo tendem a se concentrar na capital, Belém, e RMB, mas também nas regiões nordeste e sudeste do estado, coincidentemente regiões que também apresentam alto número de mortes de modo geral.

4. Considerações Finais

A presente pesquisa objetivou analisar a vitimização policiais militares do Estado do Pará, tendo como base as mortes violentas ocorridas por meio de homicídio e latrocínio no ano

de 2019, no fito de traçar comparações com os achados de trabalhos anteriores, vislumbrando a possibilidade de identificar as circunstâncias em que tais mortes ocorreram e quais seus fatores determinantes. Nesse sentido, verificou-se que todas as vítimas pertenciam ao quadro de praças e foram mortas fora do horário de serviço, à exceção de um único caso em que o policial se encontrava fardado em deslocamento residência-trabalho.

Assim como apontado, foi possível encontrar indícios de que algumas das vítimas estivessem prestando serviço de segurança privada e, portanto, no exercício de uma atividade remunerada paralela à de agente da segurança pública, tendo em vista a necessidade de complementação de renda que, por sua vez, é resultante dos baixos salários pagos às categorias vitimadas.

De outra sorte, neste trabalho pode-se constatar que a maioria das ocorrências (21; 75%) foram registradas como homicídio. A arma de fogo foi o instrumento utilizado em todos os casos registrados. Alguns dos relatos nos boletins de ocorrência fazem referência à grande quantidade de tiros desferidos contra as vítimas. Esse dado é importante de ser salientado, na medida em que pode revelar um deliberado intuito dos algozes em executar o policial militar, o que pode estar vinculado ao fortalecimento de facções criminosas no Pará, do interior das quais partem ordens para a execução de policiais militares.

A distribuição espacial das ocorrências de violência letal mostrou que a capital do Estado concentra a maioria absoluta dos casos, enquanto poucos foram os registros em municípios fora da Região Metropolitana. Verificou-se, que, nos casos ocorridos no interior, a distribuição não se deu de forma regular. Em razão disso, pode-se concluir que esse não é um fenômeno presente em todo o Estado, mas restrito a algumas regiões e municípios específicos.

Por fim, cabe salientar que, embora não se possa fazer uma afirmação categórica, uma leitura mais atenta dos boletins de ocorrência pode suscitar a possibilidade de que algumas das vítimas tivesse algum envolvimento em crimes e, assim, se tornando vítimas potenciais. Assim, seria plausível explicar que várias dessas mortes estejam vinculadas a ordens advindas ou executadas por integrantes de facções criminosas, como se pode depreender dos relatos encontrados.

Na direção contributiva, este estudo propõe a realização de novas pesquisas que possam adensar o conhecimento acerca da vitimização de policiais militares e de outros atores ligados à segurança pública, como policiais civis, agentes penitenciários e guardas municipais. No mesmo sentido, que sejam asseguradas políticas públicas aos policiais militares, mormente a classe de praças, que visem a melhoria de seus salários, dando a eles melhor condição de vida e trabalho no fito de, assim, reduzir suas vulnerabilidades e vitimização.

Referências

Alves, M. V. C. *Vitimização de policiais militares no Estado do Pará: avaliação, modelagem e monitoramento estatístico*. (2020). Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Universidade Federal do Pará.

Bussab, W. O. & Morettin, P. A. (2017). *Estatística Básica*. 9ª ed. São Paulo: Saraiva.

Bassalo, F. S. & Mello, C. M. A. (2018). Análise da vitimização de policiais militares por homicídio, latrocínio e confronto: Pará 2017. In: II Congresso Internacional de Segurança e Defesa (SISD), Salvador. *Anais*.

Costa, E. M. C. et al. (2016). Quem protege o protetor: ocorrências com morte de policiais militares no Pará, 2011 a 2013. In: Almeida, S. D. S.; Ramos, E. M. L. S.; Chagas, C. A. N. (Org.) *Segurança e defesa: conflitos, criminalidade e tecnologia da informação*. Belém, UFPA. p. 249-262.

Duarte, E. N. P. M. (2019). *O risco não cessa quando o turno termina: um estudo sobre a morte de policiais militares fora do serviço*. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Universidade Federal do Pará.

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2018). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018*. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica-2018/>.

Fernandes, A. (2016). Vitimização policial: análise das mortes violentas sofridas por integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo (2013-2014). *Revista Brasileira de Segurança Pública*. 10 (2), 192-219.

GIL, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª ed. São Paulo: Atlas.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). *Estimativas da população residente nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2019*. Disponível

em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads>

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada & FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2019). *Atlas da Violência 2019*. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/12/atlas-2019>.

Mello, C. M. A. (2015). *Mesmo com o sacrifício da própria vida: a multiplicidade dos riscos na profissão Policial Militar*. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Universidade Federal do Pará.

Minayo, M. C. S. & Adorno, S. (2013). Risco e (in)segurança na missão policial. *Ciência e Saúde Coletiva*. 18 (3), p. 585-593. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v18n3/02.pdf>.

Minayo, M. C. S. et al. (2007). Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in)segurança pública. *Caderno de Saúde Pública*. 23 (11), p. 2767-2779.

PARÁ. (2012). Decreto n. 414, de 4 de abril de 2012. Homologa a Resolução 185/12, do Conselho Estadual de Segurança Pública. *Diário Oficial do Estado do Pará*. Caderno 1, p. 6.

Sabbá, A. A. B. et al. (2018). Mortes de policiais militares no Pará: quem morreu? In: II Congresso Internacional de Segurança e Defesa, 2018, Salvador: *Anais*.

Sampó, C. (2018). Brasil: la re-significación de la violencia como resultado del avance de organizaciones criminales. *Revista de Estudios en Seguridad Internacional*, 4 (1), 127-146. Disponível em: <http://www.seguridadinternacional.es/revista/?q=content/vol-4-n%C3%BAmero-1-2018>.

Santos, T. S. B. S. et al. (2019). The cases of police deaths in the city of Belém-Pará-Brazil. *International Journal of Development Research*, 09 (01), p. 25151-25155. Disponível em: <https://www.journalijdr.com/sites/default/files/issue-pdf/14875.pdf>.

UNODC – United Nations Office on Drugs and Crime (2019). *Global study on homicide: homicide trends, patterns and criminal justice response*. Booklet2. Viena. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/gsh/Booklet2.pdf>.

Weber, M. (2011). *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Jefferson Fernando Barbosa – 40%

Andréa Bittencourt Pires Chaves – 30%

Silvia dos Santos de Almeida – 30%